



ASSOCIATIVISMO-FILANTRÓPICO NO COMBATE AO CÂNCER INFANTO-JUVENIL: UMA NOVA FORMA DE AÇÃO POLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE

Raquel Santos Sousa¹

Universidade Federal de Sergipe

E-mail: quelsousa82@gmail.com

A partir da segunda metade do século XX assiste-se a proliferação de diferentes organizações voltadas a solucionar distintos problemas sociais e políticos. Pessoas de diferentes origens e classes sociais mobilizaram-se de maneira mais organizada para solucionar necessidades de demandas específicas e, ao mesmo tempo, trazer ao conhecimento dos poderes públicos problemas até então desconhecidos. O ato de participar ou engajar-se em assuntos políticos passa a ser realizado, também, através de grupos ou associações que se diferenciam das formas tradicionais de militância como sindicais e partidárias. O resultado disso é que as formas de intervir na vida social tornam-se mais flexível e o agir em prol de uma ‘causa comum’ torna-se possível em espaços não confessionais e apolíticos, tendo a frente, pessoas de identidades coletivas diferenciadas.

As associações que desenvolvem trabalhos em causas sociais é um meio das pessoas iniciarem e praticarem uma ação política, mas isso não significa dizer que este tipo de prática esteja ligado a meios políticos partidários. Pelo contrário, qualquer tipo de mobilização coletiva que visa solucionar uma situação específica é uma forma de se fazer política e que propicia ao indivíduo, agir enquanto integrante da sociedade.

No entanto, o que justifica alguns indivíduos, de uma hora para outra, tomarem a decisão de se comprometer ou engajarem-se em ações direcionadas a ajudar o ‘outro’? De onde surge essa vontade em se comprometer em prol de uma causa da qual os integrantes não são os beneficiários diretos dela? Destarte, este artigo tem como objetivo apresentar alguns aspectos que favorecem a entrada de indivíduos em algum tipo de mobilização coletiva, como a do combate ao câncer infanto-juvenil em Sergipe.

¹ Licenciada em Ciências Sociais pela UFS e Mestre em Sociologia pela UFS.



Para explicar tal ação, toma-se a definição de participação política, a partir do conceito trabalhado por Memmi (1985, p. 312), como um “fenômeno que vai da ação verdadeira a uma simples atitude ou resultado desta”. O universo de pesquisa que serve de base para entender esse fenômeno compreende voluntários dirigentes e não dirigentes da Associação de Voluntários à Serviço da Oncologia de Sergipe (AVOSOS) e do Grupo de Apoio à Criança com Câncer de Sergipe (GACC/SE), duas instituições que prestam serviços de assistência social a crianças e adolescentes com câncer e que se caracterizam como filantrópicas e sem fins lucrativos.

Neste trabalho, pretende-se apresentar de que forma fatores históricos, políticos e sociais foram de grande relevância para a emergência e redefinição das práticas que envolvem a mobilização do câncer no Brasil e de como culminou, numa situação específica, no aparecimento de grupos destinados a atuar em ações voltadas para o combate ao câncer infanto-juvenil. Tais fatores nos leva a entender o porquê do envolvimento de certas pessoas em uma causa como a do câncer em um contexto geral e específico.

SOCIEDADE BRASILEIRA E NOVAS ALTERNATIVAS DE PARTICIPAÇÃO

A existência de associações ou organizações não-governamentais é produto de uma nova configuração que surgiu diante de novas demandas e questões sociais do mundo contemporâneo. O advento da sociedade moderna possibilitou o aparecimento de uma complexidade de relações que influíram nas formas de repensar o Estado não mais como único lócus de poder, mas de que maneira os indivíduos podem superar essa relação. Em decorrência disso, o século XX esteve permeado por diversas crises que resultaram em mudanças tanto no aspecto econômico como no plano social. No contexto brasileiro, a sociedade enfrentou, durante grande parte do século XX, um clima político regido por um Estado autoritário e de um processo de exclusão social, instaurando, desta forma, um clima tenso entre a sociedade e poderes políticos. Tais condições foram fundamentais para projetar nos cidadãos, meios de se mobilizarem e transformarem sua realidade gerando, assim, os primeiros passos para a decodificação e reconstrução do seu próprio sistema político.



Com a passagem dos governos militares e a consolidação democrática no país, o clima de abertura política, na década de 80, favoreceu e intensificou a ampliação dos espaços de militância e a redefinição das formas de participação política e social. O surgimento de novos sujeitos, novos tipos de direitos e uma pluralidade de espaços políticos inovadores, resultou na transformação da política tradicional em relações mais democráticas, ou conforme assinala Dagnino (2000, p.86), numa “nova cidadania que constituiu em uma resposta à dinâmica dos conflitos reais e da luta política vivida por uma sociedade em particular em um momento histórico dado”. O desenvolvimento de novas alternativas de participação, de acordo com Teixeira (2001, p. 28), permitiu a incorporação de uma nova agenda de questões, que antes estavam fora dos projetos políticos, sendo a “lógica da solidariedade” uma nova via para o enfrentamento dos problemas cotidianos. Desta forma, pode-se dizer que o princípio da solidariedade, articulada ao engajamento de indivíduos destinados a transformar a realidade social, resultou em um processo que envolve o fenômeno da participação política, no sentido dos indivíduos absterem-se ou não de assuntos políticos (BOURDIEU, 2008), e da economia solidária, não só como espaço gerador de bens e serviços (FRAISSE, 2007/2), mas, também, como produtor de trabalho e renda, sendo as ONGs e diversos tipos de associações exemplos deste tipo de iniciativa.

As transformações nos contextos políticos e ideológicos nos países ocidentais, a partir da segunda metade do século XX, resultaram na ampliação de novas formas de participação política devido à profusão de demandas variadas. No Brasil, a ampliação desses espaços decorreu mediante o processo de redemocratização que, segundo Mische (1997, p.145), contribuiu para a intensificação do “fenômeno da militância múltipla” através de “redes de liderança pertencentes ao movimento estudantil, partidos políticos, grupos de igreja, ou em outros movimentos e organizações extremamente interligados”. Assim, no início da década de 80 expandem novas alternativas advindas, sobretudo, da luta dos movimentos sociais que desempenhou um papel de grande relevância na busca de reconhecimento de novas questões, dentre estas, as novas formas de direito que envolve raça, etnia, gênero, proteção ambiental, moradia, saúde, etc (LANDIM, 1998). Trata-se, portanto, de novos personagens que entram em cena (SADER, 1998), uma vez



que é através de ‘redes’ ou ‘teias’ que os indivíduos criam novos espaços políticos a fim de solucionar seus múltiplos interesses.

De acordo com Landim (1998, p. 30), é nesse período que as chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs) voltadas para atuar no campo das questões sociais, “se constrói e fortalece um amplo e diversificado campo de associações na sociedade” visando, sobretudo, a “prestação de serviços a grupos vulneráveis através de organizações filantrópicas ou de assistência social”. Neste âmbito, o aparecimento de formas de solidariedades variadas passa a serem executadas por associações, ONGs sem fins lucrativos, etc., movidos a partir de ações que envolvem, conforme analisa Paoli (2003, p. 380), uma “filantropia organizada” caracterizada por um forte discurso de “cultura altruísta”.

Nesse sentido, o crescimento e a diversificação de atividades associativas estão integrados às transformações estruturais na sociedade como um todo e a emergência de diferentes atores coletivos encontra-se, não mais ligadas diretamente a organizações políticas e sindicais, mas vinculados a novas modalidades de participação. Para Barthélemy (1994, p. 89) o engajamento associativo encontra-se de certo modo entre “as formas de participação da vida pública ao lado das formas partidárias e sindicais”, espaços no qual valoriza as experiências individuais e culturais dos indivíduos.

É também com base nesse contexto, que se pode observar que a diversificação de organizações de caráter associativo traz para o espaço público, novas concepções e nomes para o campo da ação social. Assim, o espaço associativo passa englobar pessoas de identidades coletivas diferenciadas, advindas, de diferentes origens e classes sociais. A renovação do perfil de um novo ativismo político resulta também na inserção de pessoas advindas da sociedade civil e destinadas a atuar na resolução de problemas sociais, tais como crianças em situação de riscos, a exemplo do controle ao câncer infanto-juvenil, já que, a partir da década de 50 este tipo de moléstia encontrava-se como um “problema de saúde pública”, além de se situar no quadro de indicadores de mortalidade infantil (INCA, 2008).

A CONSTRUÇÃO DA CAUSA ONCOLÓGICA NO BRASIL: UM BREVE COMENTÁRIO



O conhecimento acerca das mobilizações em prol da “causa” do câncer no Brasil, surge no início do século XX, em um contexto que envolve a “questão do câncer” como “problema de saúde pública”, do interesse de uma pequena “elite médica brasileira” (TEIXEIRA, 2009, p. 110), em aplicar estudos e práticas advindas de países centrais em países periféricos, como o Brasil, e do o apoio de personalidades conhecidas por sua posição social e engajamento filantrópico². Nesse sentido, tem-se que inicialmente as preocupações sociais com o câncer surgem a partir do interesse de alguns médicos em construir projetos e de realizar estudos sobre a prevenção e combate ao câncer, esteve, em certa medida, relacionado à busca do reconhecimento profissional visando, de acordo com Teixeira (2009, p. 106), “ampliar o ciclo de credibilidade e recrutar profissionais da área médica” – já que, poucos eram os estudos sobre o câncer em si – numa ação conjunta com iniciativas privadas através da “atuação da filantropia laica no campo da saúde” (Teixeira, 2009, p. 108).

A importação da literatura e de modelos de ação aplicados em países da Europa e nos Estados Unidos tinha como objetivo desenvolver medidas de saúde pública em relação à doença, que na época era motivo de preocupação junto a outras moléstias como tuberculose, lepra e sífilis. Segundo Barreto (2005, p. 268), nesse período “o índice de mortalidade pela doença no país era considerado baixo, mas havia a tendência de elevar-se a cada década, caso não fossem adotadas providências a respeito”. Desta forma, médicos sanitaristas brasileiros preocupados com o excessivo número de epidemias que se alastrava em todo território brasileiro, buscaram medidas tanto através de iniciativas privadas – organizando pessoas da ala médica e da alta sociedade –, quanto do Estado para prevenir e controlar a propagação da doença.

Nesse contexto, a fundação do Instituto Nacional do Câncer (INCA), como um dos primeiros “centros especializados de ensino e pesquisa oncológica” (BARRETO, 2005, 272), teve um papel importante no que diz respeito à história da mobilização do combate ao câncer no Brasil. Tal centro nasceu a partir da parceria de lideranças médicas e da ação estatal com o objetivo de desenvolver uma política nacional de combate e prevenção ao câncer no Brasil. À necessidade de expandir ações na luta

² Sobre este assunto, ver Teixeira (2009, p. 110).



contra o câncer resultou na criação do Serviço Nacional de Câncer (SNC) e de iniciativas de diversos movimentos sociais visando aprimorar modelos de tratamentos junto à comunidade médica brasileira e prestar assistência aos pacientes com a moléstia. Muitos destes movimentos foram impulsionados por iniciativas privadas através das Ligas ou Associações de Combate ao Câncer³ que buscavam arrecadar fundos - por meio de empreendimentos filantrópicos - para ajudar o INCA no desenvolvimento de ações de prevenção e tratamento do câncer assessorando a população carente, além de enviar médicos ao exterior para ampliarem seus conhecimentos científicos. Do mesmo modo, a propagação de políticas de saúde em meio à população, foi um dos grandes passos para a construção de diversas clínicas de prevenção e diagnósticos e do aprimoramento de conhecimentos através de campanhas, congressos, fóruns em todo o Brasil.

Na década de 50, surgem obras direcionadas ao atendimento de tipos específicos de Câncer, como é o caso da 'Fundação das Pioneiras Sociais' em Minas Gerais, criado a partir da ação conjunta do poder privado e público – tendo à frente a primeira Dama Sarah Kubitschek – que redirecionou alguns de seus serviços ao tratamento do câncer da mulher nas áreas ginecológicas e mamárias. Similar a esse trabalho, surge no Estado de Sergipe na década de 60 os serviços desenvolvidos pela Legião Feminina de Educação e Combate ao Câncer (LFECC), uma instituição de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, criadas pela iniciativa de médicos e pessoas da alta sociedade sergipana, direcionado a prestar assistência às mulheres carentes de Sergipe (SOUSA, 2010).

No entanto, o período que compreende as décadas de 70 e 80 surge novos espaços associativos compostos com pessoas provenientes de diferentes origens sociais, culturais e profissionais. No que diz respeito à mobilização da causa do câncer em Sergipe, as iniciativas passam a ser executadas, não somente por profissionais da área da saúde, provenientes da alta sociedade ou ligada aos meios políticos. Destarte, os indivíduos passam a se agrupar a partir de diversas redes de relações e motivados pela vontade de fazer algo pelo bem-estar social. As causas principais pelo envolvimento de pessoas advindas da sociedade civil estão associadas a fatores como a precariedade nos

³ Sobre este assunto, ver BARRETO (2005), CARVALHO (2008) e SOUSA (2010).



serviços de saúde, a demora do atendimento médico e a qualidade do tratamento e acompanhamento dos pacientes (SOUSA, 2010). É a partir de tais condições, que surgem iniciativas de pessoas, até então desconhecidas e provenientes de origens sociais diversas, motivadas pelo trabalho voluntário e destinados a fazer algo em prol do outro, que neste caso seriam pessoas com câncer.

O que difere os grupos ao qual trata este artigo é o seu caráter não-governamental, apolítico e não religioso (SIMÉANT, 2009), além de se apresentarem como instituições sem fins lucrativos ou econômicos. Desenvolvendo atividades de caráter assistencial e filantrópico, esses grupos atuam por um lado, realizando ações ditas caridosas e, por outro, executando a ação política. No entanto, essas ONGs, como comumente são chamadas, evocam em suas mensagens ou divulgações um verdadeiro ‘culto ao altruísmo’ demonstrando a importância das pessoas em servir ao próximo e de se doar em prol do outro, seja de forma individual ou de maneira coletiva. O outro ao qual eles direcionam suas atividades são aqueles mais necessitados, desprovidos de recursos econômicos, não vistos pelos poderes públicos e que precisam ser ajudados pela sociedade civil. ‘O outro’ aos quais grupos como AVOSOS e o GACC executam suas ações são crianças e adolescentes portadores de doenças oncológicas e hematológicas crônicas.

AVOSOS E OS 28 ANOS DE “LUTA NO COMBATE AO CÂNCER”

Os primeiros passos para a formação do grupo AVOSOS iniciou no ano de 1982 a partir da iniciativa de uma dona de casa, a Sra. Maria Ruth Wynne Cardoso que aos 50 anos de idade passou a fazer visitas hospitalares e trabalho voluntário junto às enfermarias da Fundação de Beneficência do Hospital Cirurgia. Motivada pela vontade de ajudar ao próximo, Ruth presenciou no início da década de 80, o sofrimento de muitos pacientes da ala de Oncologia, principalmente pela escassez de recursos pessoais e hospitalares naquele setor.

Um fato que chama a atenção e que está associado ao interesse em ajudar pacientes com câncer, diz respeito à localização de sua moradia que ficava nas proximidades do hospital Cirurgia. Além das visitas que fazia aos pacientes, a mesma



presenciou várias vezes muitos destes pernoitando nas calçadas do hospital, aguardando a desocupação de um leito e percebeu que quando recebiam alta, não tinham condições financeiras para se deslocarem até seus lugares de origem, pois tratavam-se de pessoas que residiam no interior de Sergipe e em Estados vizinhos. Diante desta realidade, a Sra. Ruth ofereceu abrigo e começou a levar para sua casa alguns destes pacientes, no intuito de amenizar o sofrimento alheio. Foi a partir daí que surgiu uma das primeiras casas de apoio do Estado de Sergipe.

De maneira informal, foi através do contato com vizinhos e amigos que a mesma passou a mobilizar diversas pessoas para colaborar com a “causa”. Primeiramente, convidou duas irmãs que eram suas vizinhas. Depois, passou a convidar pessoas amigas que faziam trabalho voluntário no Centro espírita que ela frequentava. Daí por diante o grupo foi crescendo e ganhando novos voluntários.

Inicialmente os trabalhos eram realizados na casa da Sra. Ruth, no qual cada voluntário executava diversas atividades como escrever cartas para as famílias, corte de cabelo, alimentação, ajuda material e financeira para ajudar a comprar os medicamentos, além de suprir a carência emocional dos pacientes. Deste modo, mobilizaram-se através do trabalho voluntário doando tempo, energia e recursos financeiros buscando medidas que possibilitassem uma melhora no tratamento destes pacientes.

O tempo foi passando, outras pessoas começaram a ajudar na “causa” e as ações desenvolvidas pelo grupo e, assim, passou a ganhar visibilidade junto à comunidade, uma vez que, o número de doações de mantimentos, roupas e ajuda financeira tornou-se um dos motivos necessários para a institucionalização do grupo. Deste modo, no dia 24 de julho de 1987 foi fundada oficialmente a Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia em Sergipe (AVOSOS), com a presença de onze pessoas.

Até o presente momento, a AVOSOS executava suas atividades para pacientes com câncer, seja este adulto ou infanto-juvenil. Contudo, o grupo presenciou na década de 90, a morte de muitas crianças e adolescentes devido à deficiência no tratamento do câncer nos hospitais, contribuindo assim, para o aumento da taxa de abandono ao tratamento devido “às dificuldades socioeconômicas para locomoção, alimentação,



hospedagem e também pelo número limitado de leitos nos hospital” (AVOSOS, 2008, p. 13).

Diante de tal situação, no ano de 1992 nasce à Casa de Apoio à Criança com Câncer Tia Ruth/AVOSOS, instalada numa casa doada por uma das voluntárias, visando proporcionar maior conforto e buscando suprir a deficiência do serviço hospitalar para crianças e adolescentes.

O empenho e o trabalho realizado pela AVOSOS resultaram na visibilidade junto à sociedade e no convite para o grupo administrar, em 1996, o serviço médico ambulatorial na área da Oncologia do Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF). Desta forma, a AVOSOS ficou a frente da administração durante mais de quatro anos atuando no atendimento ambulatorial e organizando os serviços destinados a ala de oncologia daquele hospital, contribuindo para consolidar em 1997 o tratamento do câncer através de convênios. Em outubro de 2000, o grupo deixou de administrar a unidade oncológica, mas continuou prestando serviços através do trabalho voluntário fazendo visitas hospitalares, levando lanches aos pacientes, ajudando na doação de medicamentos e na oferta de exame para crianças e adolescentes.

A atuação efetiva do grupo e a visibilidade de suas ações contribuíram também para que, no ano de 1998, o Instituto McDonald apoiasse a AVOSOS em suas atividades a partir da campanha Mc Dia Feliz com o objetivo de garantir um melhor atendimento para seus assistidos. A parceria resultou na compra de um terreno para a construção do complexo AVOSOS que compreende a Casa de Apoio e o Centro de Oncologia⁴, sob administração do grupo. Assim, o grupo aumentou o seu espaço físico e estruturou os serviços a partir da contratação de profissionais qualificados nos diferentes projetos do grupo e instalou o serviço de telemarketing em 2000. Neste mesmo ano, o grupo expandiu a equipe de atendimento, o número de voluntários e passou também a atender pacientes com doenças hematológicas crônicas.

⁴ Sobre este aspecto, ver AVOSOS (2008). O Centro de Oncologia Dr. Geraldo Dantas Bezerra encontra-se anexado a sede da AVOSOS e foi construído com recursos próprios. De acordo com a AVOSOS (2008), o Centro atua através dos serviços de profissionais qualificados de 22 funcionários e realiza o tratamento ambulatorial para pacientes adultos com câncer através de convênios. Além disso, dispõe de um ambulatório de triagem em onco-hematologia pediátrica para atender gratuitamente casos de suspeita de câncer infanto-juvenil encaminhadas pelas unidades de saúde dos municípios.



A aquisição de uma sede própria e definitiva aconteceu através de recursos doados por empresas públicas e privadas, dentre estas, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Instituto Ronald McDonald, Assembleia Legislativa, Banco do Estado de Sergipe (BANESE) e Construtora Celi⁵.

Dentre as ações executadas pela AVOSOS estão: a prestação de serviços de apoio ao tratamento médico através de equipe multidisciplinar (psicologia, nutrição, odontologia, assistência social, enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia e outros serviços); alojamento para hospedagem com o acompanhante; auxílio complementar ao tratamento médico através do fornecimento de assistência material (alimentação, exames, medicamentos, vestuários, transporte, etc.); o desenvolvimento de atividades, projetos e programas assistenciais, sociais, psicopedagógicos, educativos, culturais, recreativos, de lazer e outros serviços direcionados a crianças e adolescentes com câncer.

Atualmente a AVOSOS possui 158 voluntários engajados em diferentes serviços e projetos oferecidos pelo grupo e conta também com 42 funcionários integrados em diversos setores, desde profissionais na área de serviço social, nutrição, pedagogia, psicopedagogia, psicologia, odontologia, jornalista, a telefonista, recepcionista, cozinheira, etc. A casa de apoio atende atualmente cerca de 300 crianças e adolescentes, na tentativa de aumentar o índice de cura dos pacientes auxiliando crianças e adolescentes sem condições de tratamento a resgatarem o direito à saúde.

GACC E A “HUMANIZAÇÃO” DO CÂNCER INFANTO-JUVENIL

As primeiras iniciativas para a criação do Grupo de Apoio a Crianças com Câncer (GACC) de Sergipe remontam ao final da década de 90, a partir da ação conjunta de três pessoas de uma mesma família. Segundo relato de uma de suas fundadoras, tudo começou quando uma funcionária pública e suas duas filhas que

⁵ Na ocasião foram investidos R\$ 1.420.875,90. Os recursos foram doados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com financiamento não reembolsável da área social (86,20%), pelo Instituto McDonald e Mc Dia Feliz (6,47%) e pela Assembleia Legislativa de Sergipe, com Subvenção dos deputados (1,55%). O BANESE e a Construtora Celi contribuíram com a mobília da casa.



atuavam como voluntárias em uma instituição que cuidava de pacientes com câncer em Aracaju, a Associação Amigos da Oncologia (AMO), resolveram se unir para desenvolverem um trabalho voltado especificamente para crianças, uma vez que, na instituição mencionada, o trabalho era direcionado para adultos e idosos com câncer.

Importante ressaltar que, o fato de se dedicarem a ajudar pessoas com câncer surgiu em meio à morte de um parente que faleceu por conta da doença. Tal sentimento de “perda” veio acompanhado da “vontade de fazer algo pelo próximo”. Essa vontade foi incentivada pelo convite de uma amiga de trabalho de uma das fundadoras, que já atuava em serviços voluntários na referida instituição. Foi a partir de tal convite que aos 43 anos a funcionária pública Lygia da Silva Ribeiro, juntamente com suas duas filhas, duas estudantes com 16 e 19 anos, passaram a atuar em projetos proporcionados pela AMO durante aproximadamente dois anos, contribuindo assim, para ampliar os vínculos de amizade e o conhecimento sobre a causa.

O engajamento no combate ao câncer infantil ocorreu após o desligamento de mãe e filhas do grupo AMO. A partir daí, as três começaram a fazer visitas por conta no hospital João Alves Filho e nessas visitas passaram a conhecer algumas crianças. O vínculo com os pacientes e familiares resultou no interesse de dar continuidade ao trabalho, só que desta vez direcionado a causa infanto-juvenil.

As três começaram a mobilizar outras pessoas, como parentes, amigos, vizinhos para fundar um grupo direcionado a atender crianças e adolescentes com câncer. Inicialmente, Lygia convidou uma amiga de trabalho, também funcionária pública, que convidou outra amiga que era assistente social, ação esta que resultou nos primeiros passos para a formalização do grupo. Assim, no dia 21 de outubro de 1999 surge o GACC, na cidade de Aracaju, como sociedade civil de direito privado com finalidade eminentemente filantrópica e sem fins lucrativos. Segundo uma das fundadoras, a Sra. Ulla Ribeiro, filha de Lygia Ribeiro, a oportunidade de fundar o GACC surgiu numa época em que, no Estado, só existiam duas instituições que executavam trabalhos de apoio aos pacientes com câncer, sendo preciso fazer um melhor acompanhamento para o público infanto-juvenil.

Os primeiros trabalhos do grupo eram realizados na casa da Sra. Lygia Ribeiro e os recursos financeiros para ajudar nas despesas vinham da contribuição de cada



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

integrante do GACC. Na ocasião, as atividades eram voltadas para abrigar os pacientes que não tinham condições de retornar para suas casas, pois muitos moravam no interior do Estado, além da ajuda na compra de passagens, medicamentos, alimentação, cestas básicas, etc. Um ano após a fundação, o grupo mudou-se para uma casa alugada na Rua de Arauá, centro de Aracaju, sendo considerada como a sua primeira sede. O grupo atualmente está na terceira sede localizada na Av. Desembargador Maynard e ainda não possui sede própria.

O GACC nasceu com o objetivo de humanizar o tratamento de pacientes com câncer, sem discriminação de raça, credo e sexo cujos objetivos envolve: promoção do bem estar bio-psico-social de pacientes com câncer; orientar e acomodar temporariamente crianças e adolescentes acompanhados de seus responsáveis nos períodos de consulta, exames e tratamento ambulatorial; promover e apoiar eventos de esclarecimentos e orientação para o público leigo e especialista para troca de experiência sobre assuntos relacionados com tratamento do câncer; promover palestras, cursos e campanhas sobre prevenção de doenças, principalmente o câncer, no intuito de contribuir para a melhoria na qualidade de vida e autoestima do seu público alvo; dentre outros.

Atualmente o GACC possui aproximadamente 50 voluntários engajados em diferentes serviços e projetos oferecidos pelo grupo e conta também com 32 funcionários integrados nos setores de cozinha, telemarketing, recepcionista, motoboy, serviços gerais, dentre outros, e conta com profissionais na área de serviço social, nutrição, pedagogia, psicologia, odontologia, comunicação social, etc. A casa de apoio atende atualmente cerca de 70 crianças e adolescentes e contam com recursos financeiros de seus associados, colaboradores, contribuintes e da sociedade sergipana para execução de projetos sociais e programas de atendimento voltados ao câncer infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As novas formas de agir em prol de uma causa ou as iniciativas solidárias em prol do outro se insere em um processo que envolve o fenômeno da participação política na contemporaneidade e está associada aos mecanismos ou lógicas que conduzem os



indivíduos ao engajamento individual. Neste sentido, a análise em torno do fenômeno da participação política de pessoas envolvidas em instituições de apoio à criança e adolescentes com câncer em Sergipe demonstrou que a ação política dos indivíduos investigados foi determinada pelo contexto histórico, político e social aos quais estiveram situados. Nesse caso, percebemos que a justificativa de se fazer a ação política através do engajamento na causa do combate ao câncer infanto-juvenil em Sergipe, está relacionada ao contexto que envolve a reabertura política no Brasil a partir da década de 80. Tal década foi caracterizada por uma intensa movimentação social decorrente da expansão de problemas sociais, crescimento populacional, da miséria e do desemprego e pela facilidade de divulgação e reprodução das ações coletivas pelos meios de comunicação social. Neste momento, a mobilização na causa do câncer era uma forma de reivindicar e de fazer algo para solucionar um problema social que, de certo modo, pode ser considerado como uma “anormalidade” ou “estado doentio da sociedade” (DURKHEIM; 2002).

Assim, pudemos averiguar que o contato com pessoas, dentre estas, crianças com câncer hospitalizadas e sem condições dignas de tratamento saúde, foi de grande relevância para criar uma percepção de que era preciso fazer algo e de criar estratégias de mudança no quadro que envolvia esse tipo de paciente. É a partir daí que a forma de se fazer caridade ou o engajamento filantrópico tornou-se uma das medidas para iniciar uma mobilização para um tipo específico de causa. Iniciativas estas que também proporcionou a atividade econômica consolidada como economia solidária, já que, além de propiciarem bens e serviços para pessoas carentes e com câncer, tais grupos também estão contribuindo para a oferta de empregos, uma vez que, em meio à participação de voluntários que doam seu tempo livre para ajudar o ‘outro’ sem nenhum tipo de remuneração financeira, tem-se a colaboração de diversos tipos de profissionais que trabalham de forma remunerada e de financiadores que colaboram para garantir o bom funcionamento das instituições. Tais ações, além de estarem entre as novas de formas de ação política na contemporaneidade reforçam a coesão social por meio, conforme assinala Laville (2002, p. 32), “de novas relações sociais de solidariedade” e o engajamento filantrópico encontra-se em meio a estas.



BIBLIOGRAFIA

AVOSOS (Associação de Voluntários a Serviço da Oncologia em Sergipe). **Movimento de voluntários nas instituições de apoio a criança e ao adolescente com câncer no Brasil.** Aracaju/SE: Ed: J. Andrade, Outubro, 2008.

BARRETO, Eliana Maria Teixeira. Acontecimentos que fizeram a história da oncologia no Brasil: Instituto Nacional de Câncer (INCA). **Revista Brasileira de Cancerologia.** 51 (3): 267-275, Rio de Janeiro, 2005.

BARTHÉLÉMY, Martine. Le militantisme associatif. In.: PERRINEAU, Pascal (org.). **L'engagement politique: declin ou mutation? Paris:** Presses de La Fondations Nationale des Sciences Politiques, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e praticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, Sônia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Cultura política nos movimentos sociais latino-americanos.** BH: EDUFMG, 2000.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** Ed: Martin Claret, São Paulo, 2002. FRAISSE, Laurent et al. Économie solidaire: des initiatives locales à l'action publique. **Revue Tiers Monde**, 2007/2 n° 190, p. 245-253.

INCA. **Câncer da Criança e do adolescente no Brasil:** dados e registros de base populacional e de mortalidade. Instituto Nacional de Câncer, Rio de Janeiro: INCA, 2008.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

LANDIM, Leilah. **Ações em sociedade – militância, caridade, assistência, etc.** Rio de Janeiro, Nau – Instituto de estudos da religião (ISER), 1998.

LAVILLE, Jean-Louis. **Fato associativo e economia solidária.** Bahia Análise & Dados. Salvador, **SEI**. v. 12, n.1, p. 25-34, Junho 2002.

MEMMI, Dominique. L'Engajement politique. In.: GRAWITZ, M. & LECA, J. **Traité de Science Politique**, vol. 3, L'action politique. Paris, PUF, p. 310 – 366, 1985.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, 1997.

PAOLI, Maria Célia. **Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil.** In: SANTOS, Boaventura S. Democratizar e democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SIMÉANT, Johanna. Socialisation catholique et biens de salut dans quatre ONG humanitaires françaises. Le mouvement social. In: La Découverte, **Revista eletrônica CAIRN**. n° 227, p.101 – 122, 2009.

SOUSA, Raquel Santos. **Filantropia e participação política no movimento do combate ao câncer infanto-juvenil em Sergipe.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Sergipe, 2010.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã.** SP: Cortez, 2001.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. O câncer na mira da medicina brasileira. **Revista Brasileira de História da Ciência.** Rio de Janeiro, v. 2, n. 1. P. 104-117, jan/jun 2009.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina